

Soberania alimentar: proposta da via campesina para o sistema agroalimentar**Food sovereignty: via campesina's proposal for the agro-food system**

Recebimento dos originais: 28/09/2018

Aceitação para publicação: 31/10/2018

Leonardo Pereira Xavier

Bolsista CAPES, mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul - PR, Brasil

E-mail: leopxavier@gmail.com

Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Professora adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Laranjeiras do Sul e doutoranda do PPG interunidades em Ecologia Aplicada, CENA/ESALQ, Universidade de São Paulo - USP

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul - PR, Brasil

E-mail: manuela.pereira@uffs.edu.br

Elemar do Nascimento Cezimbra

Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul, doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável pela UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul - PR, Brasil

E-mail: elemar.cezimbra@uffs.edu.br

Julian Perez Cassarino

Professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR

Instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Endereço: Rodovia BR 158, Km 405, CEP 85.301-970, Laranjeiras do Sul - PR, Brasil

E-mail: julian.cassarino@uffs.edu.br

RESUMO

O enfrentamento ao problema de insegurança alimentar requer o reconhecimento de que o atual sistema agroalimentar não tem garantido acesso, disponibilidade e qualidade de alimentos. Contrariamente, este modelo contribui a uma série de problemas, como impactos ambientais (aquecimento global, esgotamento de recursos hídricos e da biodiversidade), assim como problemas sociais (agravamento da fome, êxodo e perda de autonomia das populações camponesas). Neste contexto, os movimentos sociais camponeses vem amadurecendo, desde o surgimento da Via

CampeSina Internacional, a proposta de soberania alimentar que contrapõe a proposta predominante de desenvolvimento e afirma que cada povo tem o direito de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares. Este trabalho analisa a proposta de soberania alimentar da Via CampeSina, bem como fatores que afetam a sua consolidação e as consequências geradas. Ao final, discute-se a proposta dos camponeses para um outro sistema agroalimentar.

Palavras-chave: agricultura camponesa, reforma agrária, Agroecologia, insegurança alimentar.

ABSTRACT

Addressing the problem of food insecurity requires the recognition that the current agro-food system does not guaranteed access, availability and quality of food. Unlikely, this model contributes to a number of problems, such as environmental impacts (global warming, depletion of water resources and biodiversity), as well as social problems (exacerbation of hunger, exodus and loss of autonomy of peasant populations). In this context, social movements have been construing, since the emergence of Via CampeSina Internacional, the proposal of food sovereignty that opposes the prevailing proposal of development and affirms that each people must have the right and the ability to define their own agricultural and food policies. This paper analyzes Via CampeSina's proposal for food sovereignty, as well as factors that affect its consolidation and the consequences generated. At the end, the proposal of the peasants for another agro-food system is discussed.

Key words: peasant agriculture, agrarian reform, Agroecology, food insecurity.

1 INTRODUÇÃO

A soberania alimentar é um tema que está na agenda de muitos movimentos sociais camponeses¹ em diversos países do mundo. A Via CampeSina, que representa 164 organizações locais e nacionais, em 73 países, de quatro continentes tem este como um dos seus temas principais de atuação e como um eixo norteador das lutas que esta organização realiza (VIA CAMPESINA, 2011).

O atual modelo de dominação do capital desenvolve grandes grupos transnacionais que controlam a agricultura, estimulam a produção em grandes fazendas para grãos e exportação, impõem mudanças na agroindústria – como a padronização dos alimentos, diminuem o papel do setor público e propõem um modelo tecnológico dependente (VIA CAMPESINA BRASIL, 2005).

Assim, este modelo cria um sistema agroalimentar global, que não tem sido eficiente em solucionar um dos maiores desafios mundiais: a fome. Atualmente, há 815 milhões de pessoas subalimentadas no mundo, das quais 155 milhões são crianças com menos de 5 anos de idade e este número voltou a motivo de maior preocupação ao se perceber um considerável aumento do número de famintos no ano de 2016 (FAO, 2017a).

¹O conceito de campesinato tem por referência Sevilla-Guzmán & Molina (2005) que ao estudar as diferentes concepções historicamente construídas identifica como generalidade a relação coevolutiva entre campesinato e natureza, onde a forma de trabalhar com recursos naturais favorece, em diferentes graus, sua reprodução biótica. Esta categoria histórica, portanto, realiza sua agricultura de maneira distinta à lógica industrial que tem maiores capacidade entrópica e pressão antrópica sobre os ecossistemas.

A questão da fome em suas diversas expressões (subnutrição, desnutrição e insegurança alimentar) é pautada por diversos países especialmente a partir das diretrizes para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2017b).

Porém, os movimentos camponeses vinculados apontam a insuficiência do próprio conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, por não reconhecer que a dinâmica do sistema agroalimentar global é a própria causa da fome e da miséria. Neste contexto, apontam a necessidade de um outro modelo, baseado na soberania alimentar desde o surgimento da Via Campesina, em 1993.

A soberania alimentar aparece como um princípio para os movimentos camponeses que buscam a superação de vários problemas que vem afetando os povos nos diversos cantos do planeta, como as mudanças climáticas, a má qualidade e a crise dos preços dos alimentos em nível global. Além de propôr um modelo de desenvolvimento que seja baseado na valorização da cultura local das populações. Os movimentos camponeses são, portanto, os protagonistas principais desse debate, ainda que este tema seja de interesse de toda a população.

O objetivo deste artigo é sintetizar a proposta da Via Campesina para a construção da soberania alimentar. Para isso será realizada uma análise a respeito do conceito de soberania alimentar construído pelos movimentos camponeses, os fatores que afetam a sua consolidação e as consequências geradas. Por fim, será apresentada a agenda da Via Campesina para a um outro sistema agroalimentar frente um contexto de fome agravado pelo sistema agroalimentar global e ineficientemente enfrentado pelas políticas públicas em todo o mundo.

2 O SISTEMA ECONÔMICO E SISTEMA AGROALIMENTAR: IMPACTOS NA SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS

Vários documentos produzidos pela Via Campesina (VIA CAMPESINA, 1996, 2000, 2004, 2008, 2013), apontam o capitalismo e as políticas neoliberais como responsáveis por afetar a soberania alimentar dos povos. Este sistema econômico favorece a concentração de capital, destina recursos e bens públicos em benefício de empresas transnacionais, privatiza os recursos naturais e deixa para as populações locais apenas os impactos, sejam econômicos, sociais ou ambientais (VIA CAMPESINA, 2013).

O sistema econômico baseado na lógica neoliberal fez com que a alimentação dos povos passasse a ser controlada pelas empresas transnacionais. Este processo é também fortalecido pelas políticas direcionadas pelos organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI). Para Oliveira (2012), as

“receitas” de política econômica do FMI (baseadas no consenso de Washington) há muito tempo se tornaram políticas econômicas nacionais de muitos estados.

As chamadas “políticas de desenvolvimento rural” estimuladas pelos organismos internacionais estão desenhadas para privatizar os recursos naturais, como terra, água, sementes, minérios, biodiversidade (VIA CAMPESINA, 2000, 2008). Assim, bens que eram considerados públicos passam a ser controlados pelas empresas transnacionais e ficam em função do lucro das mesmas.

As políticas implementadas em nível global acabam por interferir no preço local dos alimentos. A disponibilização de produtos baratos e importados a partir dos Tratados de Livre Comércio e também a prática de *dumping*² acabam por privilegiar o consumo dos produtos do mercado global em detrimento da produção realizada pela agricultura local. Este processo obriga as famílias camponesas a abandonar o campo e migrar para as cidades (VIA CAMPESINA, 2013).

Um exemplo de como diversas estratégias da política agrícola mundial levou a uma situação de insegurança alimentar é o caso das políticas de fomento aos chamados agrocombustíveis. O plantio de biomassa para produção de combustíveis como etanol e biodiesel, em grandes monocultivos industriais (especialmente cana de açúcar, milho e soja) faz parte da expropriação que os camponeses estão sofrendo (VIA CAMPESINA, 2008). No Brasil, no período de 1990 a 2006, a área ocupada pela cana de açúcar aumentou em 2,7 milhões de hectares, tomando o lugar de alimentos como o feijão, arroz e leite (OLIVEIRA, 2012).

No ano de 2008, a Conferência de Alto Nível sobre a Segurança Alimentar promovida pela FAO teve como debate central o aumento do preço dos alimentos como consequência da implantação dos cultivos para a produção de agrocombustíveis. Concluiu-se que a alta dos preços não é somente uma questão de indisponibilidade de alimentos que passaram a ter novo destino, mas é consequência da alta do preço do barril de petróleo (e, por sua vez, os combustíveis derivados deste) que impactam sobre os custos de produção dos grãos e demais alimentos (FAO, 2008; HLPE, 2013).

Portanto, a política dos agrocombustíveis, que foi colocada como uma suposta solução para as mudanças climáticas, na verdade afeta a soberania alimentar para beneficiar o lucro das grandes empresas.

Tendo em vista esta dinâmica de expropriação e exclusão, Ploeg (2008) caracteriza o sistema agroalimentar global como um império, e diz:

²Neste caso, a prática de *dumping* pode ser entendida como a venda produtos em nível internacional por um preço inferior ao de mercado, seja para se desfazer de excedentes ou para derrotar a concorrência.

O império estimula a monopolização. Os “pontos de entrada” das redes são bem defendidos. O império regula, por exemplo, quem tem acesso à crédito e a capital. É ele que determina que apenas àqueles que trabalham para ele ou em seu nome podem ter esse acesso. O império também controla os “pontos de venda”. Fora do império normalmente é difícil chegar aos consumidores. (PLOEG, 2008, p.)

Como consequência, o percentual de pessoas subalimentadas no mundo corresponde a 11% da população mundial, valor bem acima das projeções dos planos de combate à insegurança alimentar. Em 2017, apresenta uma dupla preocupação: a primeira é que apesar de haver um número menor de desnutridos quando comparamos ao início dos anos 2000, ainda há muito que se avançar para erradicação completa da fome, conforme propõe a FAO; a segunda questão é motivo de preocupação mais severa desde o ano de 2014, quando percebeu-se um desaceleramento na taxa de decréscimo do número de pessoas subalimentadas (estabilizando em uma faixa de 10,6%) e coloca os governos em estado de alerta ao identificar que em 2016 houve um considerável aumento, o que indica que as políticas públicas não são suficientes para equacionar a questão (FAO, 2017a).

Outra consequência que vem ocorrendo é a homogeneização das dietas em todo o mundo, e com alimentos que são maus para a saúde. A base dos alimentos estão nas commodities que são comercializadas no mercado mundial, muitos deles contendo altos índices de açúcar e um balanço nutricional que não condiz com a necessidade das pessoas para uma vida saudável. Além disso, os povos estão perdendo as suas tradições culinárias (VIA CAMPESINA, 2008).

A organização alimentar vinculada à globalização continua baseando-se na agricultura industrial, implantada através do pacote tecnológico da chamada revolução verde (motomecanização, agroquímicos e sementes comerciais) (SEVILLA GUZMÁN & MONTIEL, 2010). Ou seja, um fator importante da organização alimentar global está ligado à produção de conhecimento, à ciência e tecnologia produzidos para a agricultura, que seguem atendendo prioritariamente aos interesses das empresas multinacionais.

A atual organização alimentar também vem sendo responsável pelo crise ambiental representada pelo problema do aquecimento global.

Atualmente, a agricultura industrial é a principal causa da emissão de gases do efeito estufa. O uso crescente de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, a maquinaria pesada que se requer para trabalhar as extensões de monocultivos, junto com o desmatamento e o alto consumo energético do sistema de distribuição e comércio de alimentos em grande escala (refrigeração, resíduos e transporte), fazem que as corporações sejam responsáveis pela maior parte das emissões. A agricultura industrial está baseada no uso de combustíveis fósseis e no alto consumo energético (VIA CAMPESINA, 2016).

Adicionalmente, o alto gasto energético é identificado em outras etapas do sistema alimentar. Estudos indicam que, por exemplo, nos Estados Unidos, o alimento percorre 2.100 km em média desde sua origem até chegar ao consumidor final (DELGADO, 2010 apud PEREZ-CASSARINO, 2013). Estas informações mostram que o atual sistema agroalimentar proporciona um gasto energético muito alto, que contribui significativamente na emissão de gases poluentes. Portanto, a necessidade de superação deste sistema e a construção de uma nova proposta de desenvolvimento se faz cada vez mais necessária.

3 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SOBERANIA ALIMENTAR DA VIA CAMPESINA

A ideia de soberania alimentar surgiu na Via Campesina durante a Cúpula Mundial da Alimentação em 1996 (VIA CAMPESINA, 2004). Apesar do termo ter surgido apenas neste ano, o conteúdo que é expressado no conceito de soberania alimentar já está bastante presente desde a primeira Conferência da Via Campesina, realizada em 1993 em Mons, na Bélgica, o que demonstra a importância desse tema para os movimentos sociais do campo em nível mundial.

Na conferência de Mons, a Via Campesina propõe:

1. O direito dos camponeses a um mundo rural vivo; [...] 2. O direito a uma agricultura diversificada que garanta prioritariamente um auto abastecimento alimentar saudável e de qualidade para todos os povos do mundo, sobre a base de um profundo respeito ao meio ambiente, do equilíbrio social e do efetivo acesso do camponês à terra; 3. O direito de cada país a definir a política agrária mais consequente com os seus interesses como nação, consensuada com as organizações camponesas e indígenas, garantindo sua participação real. (VIA CAMPESINA, 1993, p. 71, tradução nossa)

Outros documentos, como “*Que es la soberania alimentaria*”, publicado em 2003 caracteriza a soberania alimentar como o direito dos povos, de seus países e uniões de estado a definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares (VIA CAMPESINA, 2003). Porém a declaração de Nyéléni - Mali, de 2007, apresenta um conceito mais completo, que incorpora outros elementos: “A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito a decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (VIA CAMPESINA, 2007). Esta ideia contradiz a perspectiva visível nas gôndolas de supermercados de produtos padronizados em escala global e produzido por poucas multinacionais baseado em poucos itens ou *commodities*.

O conteúdo expresso na definição de soberania alimentar esteve presente desde o início da Via Campesina, porém este conceito passou por mudanças à medida que a organização foi

aprofundando as discussões sobre o tema. Também é preciso considerar que nas primeiras duas conferências aparecem de forma mais recorrente as deliberações voltadas à própria organização, sobre como fortalecer a Via Campesina, visto que esta foi a necessidade daquele momento.

O conceito de soberania alimentar surge das lutas camponesas como a necessidade de criar um discurso forte, radical e que considere as realidades e necessidades locais, que possa ser escutado e compreendido em todo o mundo (GRAIN, 2006). O conceito de soberania alimentar também surge para ampliar a discussão que se relaciona ao conceito de segurança alimentar que se discutia no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO):

[...] A definição oficial de segurança alimentar [...] fala de que todos e todas tenham uma quantidade suficiente de bons alimentos para comer todos os dias. Mas não fala acerca de onde provém o alimento, quem o produz, em que condições foi cultivado. Isto permite que os exportadores de alimentos do Norte e do Sul argumentem que a melhor maneira para que os países pobres alcancem a segurança alimentar é importando alimentos baratos, ao invés de produzir por si mesmos (GRAIN, 2006, p. 2, tradução nossa).

Assim, o conceito de soberania alimentar é abrangente, pois deve perpassar também pelo acesso dos camponeses aos recursos como terra, água e sementes, pela produção de alimentos em sistemas diversificados, que priorizem o consumo em nível local e da implementação de políticas alimentares que respeitem a cultura dos povos.

4 POR UMA PROPOSTA DE SISTEMA AGROALIMENTAR COM REFERÊNCIA NA SOBERANIA ALIMENTAR

Perante os problemas sociais e ambientais gerados pelo sistema agroalimentar global é necessário construir uma proposta de desenvolvimento rural que coloque a necessidade dos povos à frente dos interesses econômicos das grandes corporações e que considere a alimentação de qualidade como um direito. A plena realização da soberania alimentar dependerá do fortalecimento e revitalização da agricultura camponesa, portanto este tema estará necessariamente interligado com muitas outras questões (VIA CAMPESINA, 2011).

Compreendendo que a soberania alimentar passa pela organização da produção e o consumo de alimentos de acordo com as necessidades das comunidades locais, priorizando a produção e o consumo domésticos e locais, a Via Campesina defende que os trabalhadores sem terra, o campesinato e a pequena agricultura tenham acesso à terra, água, sementes e recursos produtivos assim como a um adequado fornecimento de serviços públicos (VIA CAMPESINA, 2015).

A realização da reforma agrária de maneira genuína e integral é, portanto, um ponto central para a realização da soberania alimentar, bem como a defesa do território indígena e a mediação de conflitos que colocam camponeses em situação de êxodo sem realizar plenamente sua agricultura (VIA CAMPESINA, 2000).

Considerando que mais de 90% dos agricultores do mundo são camponeses e que mesmo ocupando somente 25% das terras agricultáveis do globo terrestre, são os principais responsáveis pela produção de alimentos do mundo (estima-se um abastecimento de 70% a partir de sistemas camponeses), é perceptível que a racionalidade aplicada nos sistemas camponeses é mais adequada às necessidades alimentares mundiais (GRAIN, 2014). O acesso dos camponeses à terra e defesa de sua soberania territorial pode garantir que a produção de alimentos esteja baseada prioritariamente nas demandas locais, naquilo que é necessário produzir para a solução do problema da fome, tendo como referência as dietas locais, com seus significados culturais trazendo diversidade alimentar como reflexo da biodiversidade local e da sazonalidade, garantindo a qualidade nutricional dos alimentos (VIA CAMPESINA, 2007).

Um outro aspecto importante é que a organização do sistema agroalimentar, tendo como princípio orientador o conceito de soberania alimentar, terá como consequência a necessidade de aproximar os camponeses, produtores de alimento, do público urbano. Desta maneira, o aspecto da cultura local passa a ser valorizada e se avança para superar o distanciamento entre quem produz e quem consome, que segundo Triches e Schneider (2014) foi realizado pelo sistema agroalimentar globalizado.

É este modo de vida realizado pelos camponeses que é defendido como um direito, que está bastante presente no conceito de soberania alimentar. O conjunto de características do campesinato, sua relação com os recursos e a forma de trabalho são pouco valorizadas nas políticas de desenvolvimento, que portanto necessitam reconsiderar e valorizar os aspectos da cultura local dos povos.

O campesinato tem uma forma de se relacionar com a natureza e com os recursos naturais que se diferencia da agricultura industrial. Sevilla Guzmán e Montiel afirmam:

O modo de apropriação da natureza que pratica o campesinato se define pelo uso predominante de energias renováveis (energia solar, vento, água, biomassa e força humana), uma escala de produção pequena, um elevado grau de autossuficiência com relação ao mercado baseado no autoconsumo e o trabalho familiar, um elevado grau de diversidade eco-geográfica, produtiva, biológica e genética [...] (SEVILLA GUZMÁN & MONTIEL, 2010, p.204, tradução nossa)

Estes aspectos citados por Sevilla Guzmán e Montiel são importantes para a consolidação das mudanças relacionadas à proposta da soberania alimentar, pois a diversidade favorece tanto o consumo local, a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade dos alimentos. Isto cria condições favoráveis à autonomia em relação ao uso de insumos sintéticos, como os agrotóxicos, além de significar para a população urbana o acesso a uma alimentação mais saudável.

Por outro lado, a perda dos territórios camponeses inviabiliza não somente a produção de alimentos locais e diversos como a produção de alimentos livres de contaminantes, especialmente agrotóxicos e genes modificados, que a cada dia são apontados como causas de problemas de saúde. Inviabiliza, ainda, uma agricultura que não contribui ao aumento das emissões de gases de efeito estufa e que conserva recursos como água e biodiversidade (VIA CAMPESINA, 2008).

Os camponeses também foram historicamente guardiões dos recursos naturais e do patrimônio genético. Portanto as sementes, a biodiversidade, a água, precisam estar sob o controle dos povos para que estes possam preservar. Sementes e água são patrimônio dos povos (VIA CAMPESINA, 2008).

Em reconhecimento a esses aspectos, o debate de soberania alimentar também alinha-se à proposta da Agroecologia como diretriz para a sustentabilidade da agricultura camponesa.

Identificamos a agroecologia como patrimônio dos povos rurais e ancestrais, posta ao serviço da humanidade, é um modo de ser, de viver e de produzir, tem bases biológicas e sociais, com uma forte relação com a natureza, com enfoque de gênero, com elevada diversificação, reciclagem de produtos e insumos, grande autonomia a partir do autoabastecimento e o abastecimento local e regional de alimentos saudáveis (VIA CAMPESINA, 2015).

A agricultura camponesa agroecológica pode recuperar os solos degradados pela agricultura industrial (VIA CAMPESINA, 2015). Além disso, o manejo agroecológico dos solos pode significar o sequestro de carbono presente na atmosfera em forma de gases que causam o efeito estufa, significando também uma saída ao problema do aquecimento global.

O eixo de todas as políticas públicas dos governos e dos organismos internacionais deve ser o de garantir a alimentação de todos os seres humanos (VIA CAMPESINA, 2013). Esta e outras afirmações da Via Campesina reforçam a ideia de que para a construção da soberania alimentar também será necessário que as políticas públicas apontem para esse caminho, buscando fortalecer as iniciativas ligadas à produção, à comercialização e à organização cooperativa da agricultura camponesa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual modelo econômico e a maneira como está organizado o sistema agroalimentar não são capazes de solucionar problemas como a fome, os impactos ambientais e o próprio aquecimento global. A soberania alimentar, proposta e desenvolvida pelos movimentos sociais camponeses traz uma contribuição a respeito do caminho que o desenvolvimento deveria seguir para que estes problemas sejam superados.

A soberania alimentar consiste em uma proposta que respeite a cultura dos camponeses e dos povos locais, pois considera que a agricultura camponesa, agroecológica e diversificada deve ser estabelecida como base para a superação do problema da fome e outros problemas sociais que afetam os povos.

A realização da soberania alimentar depende, portanto, de uma série de fatores que devem estar presente nas políticas de desenvolvimento, como reforma agrária, agroecologia, estímulo à produção e consumo locais, manter os recursos naturais sob controle dos camponeses ao invés de privatizá-los para atender aos interesses das empresas transnacionais.

REFERÊNCIAS

FAO. **High-Level Conference on World Food Security: the challenges of climate change and bioenergy**, 2008. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/foodclimate/HLCdocs/HLC08-Rep-E.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2017.

FAO. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo**, 2017a. Disponível em <http://www.fao.org/3/a-i4646s/index.html>. Acesso em 12 de outubro 2017.

FAO. **Qué hacemos**. 2017b. Disponível em <http://www.fao.org/about/what-we-do/es/>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

GRAIN. **Hambrientos de tierra: los pueblos indígenas y campesinos alimentan al mundo con menos de un cuarto de la tierra agrícola mundial**. Informe, Barcelona, maio 2014. Disponível em <https://www.grain.org/es/article/entries/4956-hambrientos-de-tierra-los-pueblos-indigenas-y->

[campesinosalimentan-al-mundo-con-menos-de-un-cuarto-de-latierra-agricola-mundial](#)>. Acesso em: 11 de outubro 2017.

_____. **Soberanía Alimentaria y sistema alimentario mundial**. Biodiversidad, 2006. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/1086-soberania-alimentaria-y-sistema-alimentario-mundial>> . Acesso em: 26 de junho de 2016.

HLPE. **Biofuelsandfoodsecurity.A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/hlpe/hlpe_documents/HLPE_Reports/HLPE-Report-5_Biofuels_and_food_security.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, A. U. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, 2012

PEREZ-CASSARINO, J. **Agroecologia, mercados e sistemas agroalimentares: uma leitura a partir da soberania e segurança alimentar e nutricional**. In: João Carlos Costa Gomes; William Santos de Assis. (Org.). **AGROECOLOGIA: Princípios e reflexões conceituais**. 1ed. Brasília-DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2013, v. 1, p. 181-229.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E.; MONTIEL, M.S. **Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria**. Patrimônio cultural en la nueva realidad andaluza, 2010.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação, sistema agroalimentar e os consumidores: novas conexões para o desenvolvimento rural. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 12, n. 75, p. 55-75, 2015.

VIA CAMPESINA. **Carta de Maputo: V Conferencia Internacional de la Via Campesina**, 2008. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>> Acesso em 28 de junho 2016.

_____. **Declaración IV Conferencia Via Campesina en Bangalore**, 2000. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/3-bangalore-2000-mainmenu-55/297-declaracion-iv-conferencia-via-campesina-en-bangalore>> Acesso em 28 de junho 2016.

_____. **Declaración de Mons**, 1993. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/1-mons-1993-mainmenu-47/1798-mons-declaration-may-1993>> Acesso em 5 de julho de 2016.

_____. **Declaración de Nyéléni**, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article291>> Acesso em 23 de julho 2016.

_____. **La Agroecología: Puntal de la soberanía alimentaria**, 2015. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/agricultura-campesina-sostenible-mainmenu-42/2391-la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria>> Acesso em 4 julho 2016.

_____. **La voz de las campesinas y los campesinos del mundo**, 2011. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44/iquisomos-mainmenu-45>> Acesso em 17 de julho 2016.

_____. **Plataforma de la Vía Campesina para combatir el hambre y la pobreza en el mundo rural**, 2013. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/6-yakarta-2013/declaracion-y-mociones/1795-plataforma-de-la-via-campesina-para-combatir-el-hambre-y-la-pobreza-en-el-mundo-rural>> Acesso em 28 de junho 2016.

_____. **Que es la soberanía alimentaria**, 2003. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/soberanalimentary-comercio-mainmenu-38/314-que-es-la-soberania-alimentaria>> Acesso em 4 de julho 2016.

_____. **Soberanía alimentaria – nota informativa para prensa**, 2004. Disponível em: <<http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/4-sao-paolo-2004-mainmenu-43/339-soberanalimentaria-nota-informativa-para-prensa>> Acesso em 16 de julho 2016.

_____. **Soberanía alimentaria y cambio climático**, 2016. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu-26/cambios-climcos-y-agro-combustibles-mainmenu-79/2634-soberania-alimentaria-y-cambio-climatico>> Acesso em 4 de julho 2016.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A Natureza do Agronegócio no Brasil**. Cartilha, Brasília, 2005